

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Programa de Integridade	7
5.5 - Alterações significativas	10
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	11

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	12
10.2 - Resultado operacional e financeiro	34
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	36
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	37
10.5 - Políticas contábeis críticas	38
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	41
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	42
10.8 - Plano de Negócios	43
10.9 - Outros fatores com influência relevante	45

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

a. política formalizada de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração aprovou, em 31 de julho de 2019, a Política de Gestão de Riscos da Companhia, disponível no site da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.uniparcarbocloro.com.br/ri>).

b. objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

As políticas e práticas adotadas pela Companhia buscam a adequação às melhores práticas de gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa. O gerenciamento de riscos é fundamental para a estratégia da Companhia, provendo um procedimento de identificação de riscos aplicável às atividades atuais e futuras da Companhia.

i. riscos para os quais se busca proteção

Busca-se proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar o atingimento de objetivos traçados pelo plano estratégico da Companhia, relacionados no item 4.1 desse Formulário de Referência.

ii. instrumentos utilizados para proteção

Atualmente, a Companhia utiliza instrumentos de gestão de riscos de processos a fim de prevenir eventos e mitigar consequências à Segurança, Saúde, Meio Ambiente, para seus trabalhadores e público externo, bem como prevenção de impacto à propriedade ou continuidade dos negócios. A empresa adota boas práticas de gestão de riscos, atende aos mecanismos de prevenção e controle previstos na legislação local vigente e também conta com forte controle de treinamento e atualizações de seus procedimentos.

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

iii. estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Todas as áreas da Companhia participam ativamente do desenho dos processos e são responsáveis pelo registro e controle dos riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades da Companhia. Diretorias, Presidência, Comitês Internos (ex: Comitê de Auditoria e Comitê de Ética), Conselhos de Administração e Fiscal monitoram a eficácia do sistema de controles internos da Companhia.

O ambiente de controles internos da Companhia contempla a segregação de funções, supervisão tempestiva, monitoramento e conduta ética de seus funcionários. Os processos são mapeados e gerenciados por sistema. Os riscos inerentes aos negócios/atividades e os respectivos controles para mitigá-los são revisados anualmente, possibilitando o conhecimento de eventuais vulnerabilidades e fatores que possam afetar ou influenciar negativamente a realização e atingimento dos objetivos. Mas devido a certas limitações, os controles internos podem não evitar ou detectar todos os erros.

c. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia monitora os riscos inerentes aos seus negócios de maneira eficaz, estando atenta às novas tecnologias e boas práticas de mercado em relação a controles internos e investimentos em seus sistemas a fim de aprimorá-los cada vez mais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**a. política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado**

A Companhia não adota uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, mas realiza esforços na identificação e gestão desses riscos de forma adequada e eficaz. A gestão de riscos de mercado é um processo que envolve diferentes níveis da organização e engloba diversas políticas internas, que têm como finalidade a identificação, avaliação e proteção contra eventuais riscos de mercado, de forma a proteger o fluxo de caixa e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento. De modo geral, as políticas têm como objetivo limitar ao máximo as perdas da Companhia sem prejudicar a eficiência, observando o direcionamento dos negócios conforme traçado pelo Conselho de Administração em conjunto com a Diretoria em planejamentos internos de longo prazo.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado**i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção**

A Companhia busca proteção para os seguintes riscos:

(i) Risco de Liquidez

Visando à proteção quanto ao risco de liquidez, uma das políticas que implementamos informalmente tem como objetivo identificar periodicamente mecanismos e ferramentas que nos permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria da Companhia. Adicionalmente, procuramos manter em caixa um volume de recursos suficientes para fazer frente às necessidades de caixa de curto prazo.

(ii) Risco de Mercado

Nossas políticas informais de gestão de risco de mercado incluem, dentre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que estamos sujeitos.

(ii.a) Risco de Taxa de Juros

Procuramos administrar nossos ativos e passivos para reduzir o potencial impacto negativo sobre a despesa financeira líquida, que poderá ser causado por oscilações nas taxas de juros.

(ii.b) Risco de Taxa de Câmbio

Administramos nossa exposição cambial adotando medidas para minimizar eventuais descasamentos entre ativos e passivos, particularmente com o uso de derivativos.

A política da Companhia para a utilização de instrumentos derivativos é voltada apenas para a proteção do risco advindo de variação cambial. Os instrumentos derivativos, quando utilizados, são para proteção do passivo financeiro e fluxo de caixa contra os movimentos adversos da taxa de câmbio, sendo que nenhuma operação é realizada para fins especulativos. Toda e qualquer operação de hedge ou outra operação que envolva a contratação de instrumentos derivativos deve ser aprovada pelo Conselho de Administração.

(iii) Risco de Crédito

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A diversificação da carteira de recebíveis, a seletividade dos clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em nossas contas a receber.

A Administração da Companhia monitora o risco do saldo a receber de clientes, avaliando a necessidade de se constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa.

ii. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A estratégia de *hedge* da Companhia é buscar proteção aos impactos negativos das oscilações das principais variáveis de mercado, atrelando os indexadores dos ativos com os indexadores dos passivos.

Uma parcela relevante de nosso endividamento está atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Sendo assim, para minimizar esta exposição, parcela relevante de nossas aplicações financeiras também é corrigida por esse índice, sendo que os financiamentos em 31 de dezembro de 2018 apresentavam um custo médio de 140% do CDI e as aplicações financeiras estavam sendo remuneradas em média a 100% do CDI.

A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos nem contrata instrumentos financeiros derivativos com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

iii. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia para proteção patrimonial são as aplicações financeiras e captações de empréstimos (curto e longo prazo), todas em condições normais de mercado adequando os indexadores do ativo com o passivo. A exposição líquida é monitorada pela área de Tesouraria da Companhia, sendo identificadas eventuais operações que possam oferecer risco ao seu patrimônio. A utilização de instrumentos derivativos deve ser submetida para aprovação da Diretoria e posterior aprovação pelo Conselho de Administração.

iv. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A gestão dos riscos de mercado é realizada por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança para a Companhia, dentre as quais cabe citar o acompanhamento ativo do descasamento de taxas, moedas e prazos entre ativos e passivos e o monitoramento contínuo da nossa exposição aos principais índices financeiros atrelados ao nosso endividamento, comparando as condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia também realiza periodicamente análises de sensibilidade, que são estabelecidas com base em premissas com relação ao futuro, regularmente revisadas pela Administração, a fim de ilustrar as alterações das variáveis de mercado nos instrumentos financeiros.

Nesse acompanhamento periódico são examinadas entre outros, o fluxo de caixa, índices de alavancagem, impactos das variações de parâmetros comerciais (preços e velocidade de vendas) na rentabilidade, no fluxo de caixa e no custo de capital.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

vi. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

As áreas Financeira, de Controladoria e Jurídica da Companhia analisam periodicamente os riscos de mercado e submetem tais análises para análise da Diretoria e do Conselho de Administração, os quais avaliam se as ações praticadas estão de acordo com as políticas adotadas.

c. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Por meio de sua estrutura organizacional, a Diretoria e o Conselho de Administração monitoram e avaliam a adequação das operações da Companhia com as políticas não formalizadas de gestão de riscos. A Administração da Companhia entende que a estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade das suas políticas informais adotadas são suficientes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia possui um compromisso com os seus controles internos de modo a apresentar adequadamente o registro das suas transações, sua posição financeira e os resultados das suas operações.

Nossos diretores avaliaram a confiabilidade dos controles internos da Companhia referente aos processos internos e de preparação e elaboração das demonstrações financeiras, e acreditam que tais procedimentos são suficientes e eficientes para assegurar a sua qualidade, precisão e confiabilidade.

b. estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, risco e complexidade de suas operações, baseado em políticas e procedimentos divulgados a todo o grupo econômico, bem como em áreas dedicadas e ferramentas específicas para monitoramento de risco.

Todas as áreas que geram transações financeiras (ex.: vendas, custos, despesas, impostos, etc.) participam ativamente do desenho dos seus processos operacionais de registro e controle. A Diretoria, Presidência, Comitês Internos (ex: Comitê de Auditoria e Comitê de Ética), Conselhos de Administração e Fiscal e Controladoria são responsáveis pelo monitoramento e avaliação quanto à eficácia do sistema de controles internos da Companhia.

O ambiente de controle interno da Companhia contempla a segregação de funções, supervisão tempestiva, monitoramento e conduta ética de seus funcionários, sendo todos os processos mapeados. Ademais, os riscos inerentes aos negócios/atividades da Companhia e os respectivos controles para mitigá-los são revisados anualmente, possibilitando o conhecimento de eventuais vulnerabilidades e fatores que possam afetar ou influenciar negativamente a realização e atingimento de objetivos. Em caso de identificação de pontos de melhoria, a Companhia elabora planos de ação para garantir a mitigação de todos os riscos associados.

Importante ressaltar que, em 2015, o Conselho de Administração da Companhia instituiu um Comitê de Auditoria (não estatutário) para administrar a relação da Companhia com a auditoria independente e observar a conformidade dos trabalhos realizados.

c. forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O controle interno da Companhia fornece confiabilidade à elaboração das informações e demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis aplicáveis.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações financeiras podem não evitar ou detectar erros, de modo que os sistemas fornecem confiabilidade somente até certo ponto em relação à elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.

A Administração está continuamente atenta às novas tecnologias, investimentos e boas práticas de mercado em relação a controles internos a fim de aprimorá-los cada vez mais.

Os relatórios sobre controles internos, emitidos pela área de auditoria interna, bem como pelo auditor independente, são apresentados pelos próprios auditores à Diretoria e aos integrantes do Conselho de Administração e Fiscal da Companhia.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presente no relatório do auditor independente

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

As recomendações dos auditores independentes para melhoria nos processos de controle interno são diligentemente analisadas pela Companhia quanto à aplicabilidade, a mitigação de riscos e a magnitude e probabilidade de ocorrência e o custo/benefício da implementação de novos processos e controles.

Durante a execução dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, não foram identificadas deficiências de controles que pudessem ser consideradas significativas e/ou com impactos relevantes relativas à elaboração das demonstrações financeiras da Companhia pelo auditor independente.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os Diretores da Companhia entendem que os relatórios sobre os controles internos emitidos pelos auditores independentes com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 não apontaram deficiências significativas sobre os procedimentos e controles internos utilizados para elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Há uma área de auditoria interna formalmente estabelecida que é responsável pelos trabalhos relacionados a todos os processos da Companhia. O escopo abrange os processos financeiros, fiscais, produtivos, entre outros.

Também há projetos voltados especificamente para controles internos, melhoria de fluxos de informação operacional e gerencial, desenvolvimento e revisão de políticas e procedimento internos, segurança da informação, além de trabalhos de investigação interna.

Todos estes trabalhos são baseados em um Plano de Auditoria Anual que é submetido ao Comitê de Auditoria, Presidência e Conselho de Administração para validação e aprovação formal.

Adicionalmente, há uma matriz de riscos de auditoria, em que são utilizadas metodologias específicas de avaliação, cálculos e estatísticas para a definição das prioridades a serem auditadas.

Também há um Comitê de Auditoria estabelecido formalmente (não estatutário) e que trata os assuntos relacionados à temas contábeis, financeiros, fiscais, de controles internos e de auditoria, tanto interna quanto externa. Este Comitê é um órgão assessor do Conselho de Administração.

Há um fluxo formal para tratamento de todas as demandas relacionadas à compliance na Unipar em que atuam as áreas de auditoria interna e jurídica em conjunto.

Geralmente, o trabalho envolve solicitações de stakeholders em geral, como órgãos governamentais, regulatórios, fiscalizadores, áreas de compliance de outras empresas, investidores, bancos, clientes, fornecedores, etc.

Há auditorias trimestrais e anuais das demonstrações financeiras (ITR e Balanço) da Unipar com emissão de parecer dos auditores independentes, devidamente divulgadas e arquivadas na CVM.

Ainda, há um grupo na Companhia focado especificamente em demandas relacionadas à segurança da informação, gestão de perfis de acesso ao ERP (SAP), aplicação de políticas de segurança, permissões de acesso, campanhas de segurança da informação, entre outros.

Estes assuntos geralmente são tratados pela área de TI e Auditoria Interna em conjunto com o objetivo de executar atividades rotineiras de melhoria de controles internos e compliance.

a. regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Companhia desenvolveu documentos que são as bases principais para todos os projetos que necessitam desse tipo de análise, alinhados com as melhores práticas de mercado no que se refere à governança corporativa e controles internos que são o Código de Ética, a Política de Compliance, Política de Doações e Patrocínios, Política Concorrencial e diversas políticas relacionadas à segurança da informação.

Há treinamentos formais e periódicos sobre o tema para todos os colaboradores até a presidência (não abrange conselhos).

Adicionalmente, há um Comitê de Ética formalmente instalado e que assessora o Conselho de Administração em assuntos de governança, compliance, ética e conduta.

i. principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

ii. a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

Não aplicável.

iii. código de ética ou de conduta

A Companhia desenvolveu documentos que são as bases principais para todos os projetos que necessitam desse tipo de análise, alinhados com as melhores práticas de mercado no que se refere à governança corporativa e controles internos que são o Código de Ética, a Política de Compliance, Política de Doações e Patrocínios, Política Concorrencial e diversas políticas relacionadas à segurança da informação.

Há treinamentos anuais para todos os colaboradores. De acordo com o Código de Ética Empresarial da Companhia, é de responsabilidade de cada colaborador o conhecimento das diretrizes expressas no Código e, qualquer violação a tais orientações resultará em medidas disciplinares apropriadas, tais como advertência verbal ou escrita, suspensão e demissão, que podem ser adotadas, de acordo com a gravidade da infração, para salvaguardar a reputação e imagem da Companhia e adotar a prática da ética.

O Código de Ética foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de novembro de 2015. O Código pode ser acessado no site institucional da Companhia (<http://www.uniparcarbocloro.com.br>).

b. canal de denúncia

A Companhia conta com um canal de denúncias formal e independente que recebe todas as ocorrências que necessitam de tratamento e investigação. Esse canal funciona 24 horas, 7 dias por semana.

Importante salientar que esse Canal é gerido por uma empresa especializada (Contato Seguro) e o denunciante não precisa se identificar. Há também um link em nossa página institucional para acesso a este Canal.

c. procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

Em procedimentos de fusão, aquisição e reestruturações societárias, além do processo de auditoria para identificar os ativos e passivos da outra parte, bem como identificar os seus pontos de riscos, também é realizada uma *due diligence* de integridade, que possui um papel chave na determinação de condições precedentes ao fechamento de uma operação, uma vez que o resultado dessa *due diligence* tem o poder de influenciar o interesse da Companhia em prosseguir ou não com a operação.

A auditoria de integridade realizada por assessores externos contratados e equipe interna especializada da Companhia visa identificar aspectos relacionados: i) ao relacionamento existente entre a outra parte e seus colaboradores com autoridades, funcionários públicos, entidades públicas ou pessoas politicamente expostas; ii) ao Programa de Integridade da outra parte, incluindo suas práticas; iii) aos procedimentos de integridade e de prevenção de fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros; e iv) às entrevistas com executivos envolvidos na operação e outros colaboradores estratégicos na estrutura da empresa.

d. razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adotou regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve nenhuma alteração significativa nos riscos aos quais a Companhia está exposta, nem alterações no gerenciamento de seus riscos, bem como não foi identificado um cenário de aumento ou redução na exposição da Companhia aos riscos mencionados na seção 4.1 deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes sobre este item.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os valores constantes neste item 10.1 foram extraídos das demonstrações financeiras anuais e consolidadas da Unipar Carbocloro S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, sendo que as informações referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 são decorrentes das demonstrações financeiras reapresentadas considerando a aquisição da Unipar Indupa S.A.I.C. (em conjunto com a Unipar Indupa S.A., “Controladas” quando no plural, e “Controlada”, quando no singular) em dezembro de 2016.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas especialmente para fins do inciso VIII do artigo 1º do Anexo III da Instrução nº 480, de 7 de dezembro 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), conforme alterada (“Instrução CVM nº 480/2009”), incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela CVM e conforme as International Financial Reporting Standards (“IFRS”).

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

a. Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais:

A Diretoria Executiva (“Diretoria”) entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios; e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Para acompanhamento das condições financeiras, a Companhia monitora sua *performance* operacional, seus *covenants*, e sua estrutura de capital com base, dentre outros, no indicador Dívida Líquida sobre o EBITDA e no índice de alavancagem financeira.

Segundo a CVM, o EBITDA (LAJIDA) corresponde ao resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro (despesas financeiras líquidas das receitas financeiras) e das depreciações, amortizações e exaustões. Esta definição de EBITDA encontra-se na Instrução CVM nº 527, de 5 de outubro de 2012 (“Instrução CVM nº 527/2012”).

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos com instituições financeiras (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo Patrimônio Líquido. Nas seções abaixo detalhamos o comportamento de cada um destes itens.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2017, devido à incerteza da situação política, a Companhia realizou captação de financiamentos, líquida de amortizações, no valor de R\$ 245,8 milhões, que teve como objetivo reforçar o caixa da Companhia, garantindo sua liquidez. Ao final do exercício, a alavancagem financeira consolidada era de 44%. O aumento da alavancagem foi impactado pelo pagamento dos dividendos (R\$ 387,4 milhões em 2017 versus R\$ 23,8 milhões em 2016) e desinvestimento na Tecsis – Tecnologia e Sistemas Avançados S.A. (“Tecsis”) (R\$ 110 milhões) da Controladora, compensados pela geração operacional de caixa (cerca de R\$ 422,3 milhões, 32% superior a 2016).

Em 2018, a Companhia realizou a emissão de R\$ 350,0 milhões em debêntures, com rating AA-, financiamento bancário de R\$ 111,8 milhões e recebeu a liberação de financiamento do BNDES de R\$ 17,3 milhões, sendo que, ao final de 2018, a alavancagem financeira era de 12% devido, principalmente, ao crescimento representativo de caixa e aplicações financeiras em relação a dezembro de 2017.

Na tabela abaixo, é indicado o índice de alavancagem financeira. A dívida líquida consolidada entre os anos de 2016/2017 aumentou 260%, enquanto que entre os anos 2017/2018, houve uma redução de 62,1%. A dívida líquida consolidada ao final do último exercício somava R\$ 166,4 milhões.

Índice de alavancagem financeira - Consolidado

Índice de Alavancagem Financeira (R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
Empréstimos e financiamentos	1.027.846	840.368	601.885
<i>Caixa e equivalentes de caixa</i>	<i>201.542</i>	<i>78.559</i>	<i>383.346</i>
<i>Aplicações financeiras</i>	<i>659.939</i>	<i>323.243</i>	<i>96.612</i>
Dívida líquida	166.365	438.566	121.927
Patrimônio líquido ¹	1.347.520	990.925	1.081.748
Índice de alavancagem financeira	12%	44%	11%

¹ Participação no patrimônio líquido atribuível aos controladores.

Abaixo, o indicador dívida líquida/EBITDA tomando como base o EBITDA Consolidado calculado conforme a Instrução CVM nº 527/2012 e o EBITDA Ajustado da Controladora para monitoramento dos *covenants* da 2ª emissão de emissão de debêntures.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Dívida líquida/EBITDA - Consolidado**

Cálculo EBITDA (LAJIDA)		Em 31 de dezembro de		
Consolidado				
<i>(R\$ mil)</i>	2018	2017	2016	
Lucro Líquido	547.440	306.264	280.836	
(+) Imposto de renda e contribuição social	129.297	30.597	187.771	
(+) Resultado financeiro líquido	153.905	93.836	99.759	
(+) Depreciação e amortização	176.380	200.102	109.611	
EBITDA	1.007.022	630.799	677.977	
Dívida líquida Consolidada	166.365	438.566	121.927	
Dívida líquida/EBITDA	0,17x	0,70x	0,18x	

O EBITDA (calculado de acordo com a Instrução CVM nº 527/2012) em 2018 foi de R\$ 1.007,0 milhões, superior ao valor de R\$ 630,8 milhões em 2017 e superior ao valor de R\$ 678,0 milhões em 2016. O crescimento de 59,6% entre 2017 e 2018 foi decorrente, principalmente, pelo crescimento da receita, melhorias operacionais e pelos impactos do ajuste final de preço de aquisição da Unipar Indupa S.A.I.C. e reversão de provisão de parte de valor provisionado de um empréstimo antigo. Em 2016, houve o efeito positivo no resultado do ganho por compra vantajosa referente à aquisição da Unipar Indupa S.A.I.C. no valor de R\$ 516,0 milhões.

Índices de liquidez - Consolidado

Índices de Liquidez		2018	2017	2016
Corrente	Ativo circulante / Passivo circulante	1,416	0,964	1,081
Geral	(Ativo circ. + Ativo realiz. a LP) / (Pass. circ. + Passivo não circ.)	0,70	0,53	0,57

Em 2018, o índice de liquidez corrente consolidado foi de 1,416, enquanto que o índice de liquidez geral foi de 0,70, devido à emissão de debêntures em março/2018 e liberação de financiamento BNDES para a planta de Santo André.

b. Comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital:

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das suas operações, oferecendo retorno aos acionistas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, obtendo o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio e capital de terceiros.

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital é compatível com as operações da Companhia. A seguir é demonstrada a composição do capital social e a gestão das estruturas que financiam as operações da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As necessidades de financiamento são supridas por meio da geração de caixa advinda das operações da Companhia e pelo acesso a linhas de crédito junto a bancos de fomento e outras instituições financeiras.

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado era representado por 91.145.679 ações nominativas e escriturais sem valor nominal. Enquanto que, nos anos de 2016 e 2017, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era representado por 83.550.206 ações nominativas e escriturais sem valor nominal.

Capital Social	2018	Part.	2017	Part.	2016	Part.
Ordinárias	30.381.893	33%	27.850.069	33%	27.850.069	33%
Preferenciais Classe “A”	2.529.502	3%	2.590.710	3%	2.590.710	3%
Preferenciais Classe “B”	58.234.284	64%	53.109.427	64%	53.109.427	64%
Capital Social Total	91.145.679	100%	83.550.206	100%	83.550.206	100%

Gestão do capital

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira, conforme apresentado no item 10.1.a acima.

A tabela abaixo demonstra a evolução da estrutura de capital da Companhia nos últimos três exercícios sociais:

Estrutura de Capital- Consolidado	2018	AV	2017	AV	2016	AV
Passivo exigível – capital de terceiros	2.596.688	64%	2.393.546	69%	2.208.540	63%
Patrimônio líquido – capital próprio	1.445.942	36%	1.072.831	31%	1.286.159	37%
Exigível / PL	1,80	-	2,31	-	1,72	-
Total do passivo – capital total	4.042.630	100%	3.466.377	100%	3.494.699	100%

c. Comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Considerando o perfil de nosso endividamento, nossa posição de liquidez e a tendência de geração de caixa consistente apresentada pelo negócio de soda, cloro, derivados de cloro e policloreto de vinila (“PVC”), entendemos que a Companhia tem condições de honrar os compromissos financeiros atualmente assumidos, cumprindo com suas obrigações presentes e futuras e aproveitando oportunidades comerciais à medida que estas venham a surgir.

As fontes de liquidez da Companhia derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

suas operações e da capacidade de tomar empréstimos no mercado. A Companhia entende que essas fontes são adequadas para atender às suas atuais necessidades, incluindo capital de giro, capital para investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2018, os saldos consolidados das contas caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras foram, respectivamente, de R\$ 201,5 milhões e de R\$ 659,9 milhões, enquanto que em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$ 78,6 milhões e de R\$ 323,2 milhões, e em 31 de dezembro de 2016 esses saldos foram de, respectivamente, R\$ 383,3 milhões e R\$ 96,6 milhões.

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito por meio de vendas a uma ampla base de clientes, com avaliação continuada do crédito e obtenção de garantias pessoais/corporativas, como por exemplo: seguradora de crédito, carta de crédito, fiança bancária, etc., quando necessário.

Ademais, a Companhia contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual, historicamente, vem se mostrando suficiente para cobrir as perdas com títulos incobráveis.

No tocante à compra de insumos e demais pagamentos relacionados à sua operação, a Companhia busca, sempre que possível, alinhar os prazos de pagamentos aos fornecedores com os recebimentos de seus clientes e, quando necessário, a Companhia também utiliza operações de financiamento para reforço de caixa e para garantir o pagamento de suas obrigações.

d. Comentários dos Diretores sobre fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

As necessidades de financiamento para capital de giro e para investimentos da Companhia têm sido supridas por meio da geração de caixa operacional e captações de contratos financeiros de curto e longo prazo.

Em fevereiro de 2015, a Companhia firmou contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”), no valor de R\$ 25,7 milhões, para modernização da planta em Cubatão, garantida por terrenos, bem como pelas edificações e equipamentos da Controladora, cujos valores foram liberados em julho de 2015 (R\$ 12,8 milhões), em agosto de 2016 (R\$ 3,9 milhões) e em setembro de 2017 (R\$ 3,3 milhões). Em 2018, a unidade de Santo André firmou contrato de financiamento com o BNDES para modernização da planta de PVC no montante total de R\$ 63,5 milhões, que serão liberados em fases de acordo com o projeto.

No ano de 2017, devido à incerteza da situação política, a Companhia realizou captação de financiamentos, líquida de amortizações, no valor de R\$ 245,8 milhões, que teve como objetivo reforçar o caixa da Companhia, garantindo sua liquidez. Em 2018, a Companhia realizou emissão de R\$ 350,0 milhões em debêntures, com rating AA-, financiamento bancário de R\$ 111,8 milhões e recebeu a liberação de financiamento do BNDES de R\$ 17,3 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Com a aquisição da Unipar Indupa S.A.I.C., a Companhia assumiu, por meio de suas controladas, um débito com terceiros no montante de US\$ 136 milhões com a Solvay Vinyls Holding AG, sobre a qual incide encargos de 3% a.a. e será amortizada em cinco parcelas anuais de US\$ 27,2 milhões, com vencimento inicial em 27 de dezembro de 2022 e término em 27 de dezembro de 2026.

e. Comentários dos Diretores sobre as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

A Companhia não tem expectativa de deficiências de liquidez, haja vista os prazos dos seus ciclos financeiro e operacional e as captações realizadas no final de 2014, início de 2015, ao longo de 2017 e início de 2018.

A Companhia mantém também linhas de créditos com bancos para financiar eventuais necessidades de capital de giro, investimentos em ativos não-circulantes de curto e longo prazo e manutenção de suas disponibilidades de caixa em nível que a Administração da Companhia acredita ser apropriado para o desenvolvimento de suas atividades.

f. Comentários dos Diretores sobre os níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

Conforme mencionado anteriormente, a Administração da Companhia possui estratégias e controle severo sobre os níveis de endividamento líquido do grupo, fundamental para o sucesso do planejamento estratégico e para perpetuidade e sucesso dos seus negócios. Com base nas estratégias e no plano de negócio, a Companhia entende que possui uma estrutura de endividamento adequada, devidamente segregada entre curto e longo prazo, que permite uma confortável situação de caixa, para realização de suas atividades operacionais de curto prazo, bem como para atendimento ao plano de investimentos da Companhia. Adicionalmente, as diversas linhas de créditos com bancos não possuem qualquer tipo de concentração ou dependência com instituições financeiras.

A Companhia encerrou os anos de 2018, 2017 e 2016 com saldos de capital de terceiros consolidados de R\$ 2,6 bilhões, R\$ 2,4 bilhões e R\$ 2,2 bilhões, respectivamente. Destes montantes, os empréstimos e financiamentos brutos consolidados representavam R\$ 1.027,8 milhões, R\$ 840,4 milhões e R\$ 601,9 milhões, respectivamente.

Endividamento total - Consolidado

Endividamento total (R\$ mil)	Em 31 de dezembro de					
	2018	AV	2017	AV	2016	AV
Passivo circulante	1.129.665	44%	1.151.821	48%	1.024.971	46%
Empréstimos e financiamentos	477.918	18%	437.279	18%	327.197	15%
Outros	651.747	26%	714.542	30%	697.774	32%
Passivo não circulante	1.467.023	56%	1.241.725	52%	1.091.098	54%
Empréstimos e financiamentos	549.928	21%	403.089	17%	274.688	12%
Outros	917.095	35%	838.636	35%	908.881	41%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo total	2.596.688	100%	2.393.546	100%	2.208.540	100%
----------------------	------------------	-------------	------------------	-------------	------------------	-------------

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

Abaixo, a abertura dos empréstimos e financiamentos da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

Empréstimos e Financiamentos (R\$ mil)	Moeda	Indexador ¹	Saldo em 31 de dezembro de		
			2018	2017	2016
BNDES	R\$	TJLP + 1,40% a.a.	21.237	9.169	6.545
BNDES	R\$	IPCA + 2,14% a.a.	10.037	-	-
BNDES	R\$	TJLP + 1,87% a.a.	7.308	-	-
BNDES	R\$	SELIC + 2,36% a.a.	7.200	9.226	8.979
BNDES	R\$	TJLP + 2,23% a.a.	6.206	11.873	16.417
BNDES	R\$	2,56% a.a.	-	2.020	4.378
Capital de giro	USD	4,85% a.a.	29.996	59.422	-
Capital de giro	AR\$	65,08% a.a.	10.895	19.447	-
Capital de giro	AR\$	61,00%	9.086	-	-
Capital de giro	AR\$	51,39%	59	-	-
Capital de giro	AR\$	23,27% a.a.	-	16.179	-
Capital de giro	AR\$	22,65% a.a.	-	11.871	-
Capital de giro	AR\$	30,0% a.a.	-	-	27.146
Capital de giro	AR\$	27,7% a.a.	-	-	18.942
Capital de giro	AR\$	21,4% a.a.	-	-	10.151
Capital de giro	AR\$	24% a.a.	-	-	1.752
Capital de giro longo prazo	AR\$	23,56% a.a.	-	101	-
Cédula de crédito bancário	R\$	CDI + 2,50% a.a.	112.923	-	-
Cédula de crédito bancário	R\$	CDI + 3,62% a.a.	74.625	148.605	-
Cédula de crédito bancário	R\$	8,10% a.a.	46.177	40.072	-
Cédula de crédito bancário	R\$	CDI + 1,20% a.a.	-	-	83.933
Cédula de crédito bancário	R\$	CDI + 5,80% a.a.	-	-	24.400
Cédula de crédito bancário	R\$	CDI + 5,30% a.a.	-	-	20.065
Cédula de crédito bancário	R\$	CDI + 6,45% a.a.	-	-	8.586
Cédula de crédito bancário	R\$	CDI + 4,03% a.a.	-	-	2.644
Cessão de recebíveis com regresso	R\$	2,01% a.m.	-	-	4.795
Comprar	R\$	8,23% a.a.	23.592	29.657	-
Debêntures - 2ª emissão	R\$	CDI + 2,00% a.a.	151.872	252.554	361.418
Debêntures - 3ª emissão	R\$	CDI + 3,50% a.a.	51.862	103.355	-
Debêntures - 4ª emissão	R\$	CDI + 2,15% a.a.	356.058	-	-
Finame	R\$	2,50% a.a.	-	-	1.734

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empréstimos e Financiamentos (R\$ mil)	Moeda	Indexador ¹	Saldo em 31 de dezembro de		
			2018	2017	2016
Nota de crédito a exportação	R\$	CDI + 2,50% a.a.	49.902	49.743	-
Nota de crédito a exportação	R\$	CDI + 3,65% a.a.	9.308	27.543	-
Notas promissórias	R\$	CDI + 2,50% a.a.	49.503	49.531	-
Total			1.027.847	840.368	601.885

¹ Indexadores referentes ao último período apresentado

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

Em 31 de dezembro de 2018, exceto pelas relações decorrentes dos contratos de empréstimos e financiamentos descritos acima, a Companhia não mantém qualquer outra relação de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas da Companhia:

A Companhia esclarece que não há qualquer grau de subordinação entre as suas dívidas bancárias contraídas durante os três últimos exercícios sociais, exceto por aquelas dívidas com garantia real, as quais gozam de preferência sobre outras dívidas em caso de falência, até o limite da garantia real constituída. O modo de pagamento de cada uma das dívidas deverá observar a data de vencimento estabelecida em cada instrumento contratual, independentemente do pagamento das demais dívidas.

Em 31 de dezembro de 2018, a totalidade do saldo dos financiamentos da Controladora junto ao BNDES para modernização da planta da unidade de Cubatão equivale a R\$ 13,4 milhões e é garantida por terrenos, edificações e equipamentos da Controladora, sendo os únicos financiamentos contratados com garantia real. Para a planta da unidade de Santo André, o saldo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 38,6 milhões.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições:

A Companhia assumiu certos compromissos (*covenants*) relacionados a contratos de financiamentos, estabelecendo obrigações quanto à manutenção de índices financeiros, como demonstrado na tabela abaixo. Esses compromissos são usuais em operações de mesma natureza e não limitam a capacidade de condução dos negócios da Companhia. Abaixo está apresentado o resumo das garantias e dos *covenants* consolidados das linhas de financiamento da Companhia.

Abertura das garantias e dos *covenants* dos contratos de empréstimos e financiamentos consolidados:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ENDIVIDAMENTO	Indexador	Saldo em 31/12/2018 (R\$ mil)	Garantias	Covenants Financeiros
BNDES	TJLP + 1,40% a.a.	21.237	Fiança bancária	Sem covenants financeiros
BNDES	IPCA + 2,14% a.a.	10.037	Aval da Companhia	Sem covenants financeiros
BNDES	TJLP + 1,87% a.a.	7.308	Aval da Companhia	Sem covenants financeiros
BNDES	SELIC + 2,36% a.a.	7.200	Hipoteca da unidade industrial	Liquidez Corrente \geq 0,8; Dívida Líquida /EBITDA máx = 3x
BNDES	TJLP + 2,23% a.a.	6.206	Hipoteca da unidade industrial	Liquidez Corrente \geq 0,8; Dívida Líquida /EBITDA máx = 3x
Debêntures 2ª emissão	CDI + 2,00% a.a.	151.872	Cessão fiduciária de dividendos devidos pela Companhia aos sócios: Vila Velha, Frank Geyer Abubakir e Maria S. de Sampaio Geyer, caso atinja o valor de: a partir de 2015 3,25x quando do cálculo de dívida líquida /EBITDA ¹	(i) Dívida líquida/EBITDA ¹ máximo: em 2014: 4x; em 2015: 3,75x; em 2016: 3,5x e a partir de 2017: 3,25x; (ii) EBITDA ¹ / resultado financeiro líquido: (mínimo de 2x); (iii) Capex e/ou novos investimentos máximo anual de R\$ 100 milhões, enquanto o índice dívida líquida/EBITDA ¹ for superior a 3,5x.
Debêntures 3ª emissão	CDI + 3,50% a.a.	51.862	Sem garantia	(a) Dívida Líquida/EBITDA ² menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$100.000.000,00 enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA for superior a 2,0x. (b) EBITDA/Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.
Debêntures 4ª emissão	CCDI + 2,15% a.a.	356.058		(a) Dívida Líquida/EBITDA ² menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ENDIVIDAMENTO	Indexador	Saldo em 31/12/2018 (R\$ mil)	Garantias	Covenants Financeiros
				Dívida Líquida/EBITDA seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$100.000.000,00 enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA for superior a 2,0x. (b) EBITDA/Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.
Nota de Crédito à Exportação	CDI + 3,65% a.a.	9.308	Aval da Companhia	Não assumir, sem prévia anuência do credor, novas dívidas, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$15.000.000,00, excetuados os empréstimos destinados ao atendimento aos negócios de gestão ordinária e à liquidação de dívidas existentes, ou, ainda, os financiamentos, contratados diretamente ao, ou com recursos provenientes do BNDES.
Nota de Crédito à Exportação	CDI + 2,50% a.a.	49.902	Sem garantia	Não assumir, sem prévia anuência do credor, novas dívidas, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$15.000.000,00, excetuados os empréstimos destinados ao atendimento aos negócios de gestão ordinária e à liquidação de dívidas existentes, ou, ainda, os financiamentos, contratados diretamente ao, ou com recursos provenientes do BNDES.
Notas Promissórias Comerciais 2ª emissão	CDI + 2,50% a.a.	49.503	Sem garantia	(a) Dívida Líquida/EBITDA ² menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$100.000.000,00 enquanto o

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ENDIVIDAMENTO	Indexador	Saldo em 31/12/2018 (R\$ mil)	Garantias	Covenants Financeiros
				índice Dívida Líquida/EBITDA for superior a 2,0x. (b) EBITDA/Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.

¹ EBITDA conforme 1º aditamento ao instrumento particular de escritura da 2ª emissão das debêntures simples, não conversíveis em ações, da Companhia, de 15 de junho de 2016, que exclui também os efeitos de (i) baixas de itens do ativo imobilizado; (ii) baixas de investimento; (iii) unidades operacionais descontinuadas; (iv) provisões para processos judiciais e/ou suas reversões; e o (v) resultado de equivalência patrimonial. E será apurado com base nos últimos 12 (doze) meses dos resultados individuais.

² EBITDA, conforme o instrumento particular de escritura da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição da Companhia, de 10 de julho de 2017, bem como conforme a cártula da 2ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia e instrumento de escritura particular da 4ª emissão das debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição da Companhia, de 22 de março de 2018, corresponde ao lucro operacional consolidado da Companhia adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; e (iii) despesas com amortizações e depreciações; e excluindo-se (a) receitas não operacionais; e (b) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

A não observância dos indicadores relacionados na coluna *covenants* acarreta o vencimento antecipado da dívida. Até o presente momento, a Companhia está adimplente com os compromissos assumidos em seus contratos.

Em 2018, o indicador dívida líquida/EBITDA da Companhia foi de 0,17x e o indicador dívida líquida/EBITDA ajustado 12 meses para atendimento a 2ª emissão das debêntures foi 0,27x conforme demonstrado anteriormente no item 10.1.a acima.

g. Comentários dos Diretores sobre os limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados:

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía um saldo ainda não utilizado/liberado para o ano de 2018 de cerca de R\$ 44,2 milhões, referentes aos contratos de financiamentos já contratados com o BNDES.

h. Comentários dos Diretores sobre as alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

Demonstrações de Resultado (R\$ mil)	Consolidado							
	2018	AV	2017	AV	2016	AV	AH 2018 x 2017	AH 2017 x 2016
Receita operacional líquida	3.469.133	100%	3.019.592	100%	889.706	100%	15%	239%
Custo dos produtos vendidos – CPV	(2.209.155)	64%	(2.114.627)	70%	(502.216)	56%	4%	321%
Lucro bruto	1.259.978	36%	904.965	30%	387.490	44%	39%	134%
<i>Margem bruta</i>	<i>36%</i>	<i>-</i>	<i>30%</i>	<i>-</i>	<i>44%</i>	<i>-</i>		
Despesas com vendas	(151.203)	4%	(175.040)	6%	(58.995)	7%	14%	197%
Despesas gerais e administrativas	(247.578)	7%	(198.119)	7%	(99.173)	11%	25%	100%
Resultado com desinvestimento	-	-	(27.033)	1%	-	-	-	-
Tecsis								
Resultado de equivalência patrimonial/Combinação de Negócios	941	-	1.668	-	440.579	50%	44%	-100%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(31.496)	1%	(75.744)	3%	(101.535)	11%	58%	-25%
Lucro antes do resultado financeiro	830.642	24%	430.697	14%	568.366	64%	93%	-24%
Resultado financeiro líquido	(153.905)	4%	(93.836)	3%	(99.759)	11%	64%	-6%
Lucro antes do IR e CS	676.737	20%	336.861	11%	468.607	53%	101%	-28%
Provisão para IR e CS	(129.297)	4%	(30.597)	1%	(187.771)	21%	323%	-84%
Lucro (prejuízo) líquido	547.440	16%	306.264	10%	280.836	32%	79%	9%

A seguir, são apresentados os comentários das linhas de maior representatividade e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Receita operacional líquida

Em 2017, a receita operacional líquida consolidada foi de R\$ 3.019,6 milhões (+239%), com crescimento representativo em relação a 2016 devido à consolidação da Unipar Indupa S.A.I.C. Em 2018, a receita líquida consolidada foi de R\$ 3.469,1 milhões (+15%), variação decorrente, principalmente, do aumento dos preços médios de venda, refletindo o comportamento do preço da soda no mercado internacional, além do efeito do crescimento da taxa média do câmbio.

Custo dos produtos vendidos - CPV

Em 2017, o custo dos produtos vendidos consolidado foi de R\$ 2.114,6 milhões (+321%), com crescimento representativo em relação a 2016 devido à consolidação da Unipar Indupa S.A.I.C. Em 2018, o CPV foi de R\$ 2.209,1

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

milhões (+4). Tais variações foram influenciadas pelo aumento nos preços dos insumos e matérias-primas, principalmente do etileno, gás natural e sal.

Lucro bruto e margem bruta

Em 2017, o lucro bruto consolidado foi de R\$ 905,0 milhões com margem bruta de 30%, enquanto que, em 2018, o lucro bruto foi de R\$ 1.260,0 milhões (+39%), decorrente de um crescimento da receita superior ao crescimento do CPV.

Despesas com vendas

Em 2017, as despesas com vendas consolidadas totalizaram R\$ 175,0 milhões (+197%), com crescimento representativo em relação a 2016, devido à consolidação da Unipar Indupa S.A.I.C. Em 2018, a despesa com vendas foi de R\$ 151,2 milhões (-14%), reflexo do menor volume de vendas na unidade de Cubatão.

Despesas gerais e administrativas

Em 2017, as despesas gerais e administrativas consolidadas totalizaram R\$ 198,1 milhões (+100%), com crescimento representativo em relação a 2016, devido à consolidação da Unipar Indupa S.A.I.C. Em 2018, as despesas gerais e administrativas foram de R\$ 247,6 milhões (+25%). Tal variação foi resultante, principalmente, do incremento da amortização da mais valia, decorrente da revisão da estimativa de vida útil dos bens da controlada Unipar Indupa S.A.I.C., que gerou uma despesa de R\$ 29,0 milhões em 2018, bônus atrelados a superação da meta EBITDA da Companhia e incentivos culturais com benefício fiscal.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Em 2017, apurou-se uma despesa de R\$ 78,7 milhões (-25%), sendo esta redução impactada, principalmente, pela reversão de provisão atuarial da Controlada. Em 2018, a despesa foi de R\$ 31,5 milhões (-69%), devido, principalmente, à receita referente ao ajuste de preço de aquisição da Unipar Indupa S.A.I.C. de R\$ 48,9 milhões no ITR 1T18, reversão de provisão de empréstimo antigo com acordo homologado no ITR 3T18, no valor de R\$ 23,0 milhões e provisão para reestruturação constituída no início de 2017 para consolidação da Unipar Indupa S.A.I.C., sem correspondência em 2018, parcialmente compensado pela constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 46,3 milhões de clientes, em especial, na Argentina.

Resultado de equivalência patrimonial

Em 2017, o resultado de equivalência patrimonial consolidado foi positivo no valor de R\$ 1,7 milhão, correspondente ao resultado da Solalban Energía S.A. Em 2018, o resultado de equivalência patrimonial da mesma empresa foi de R\$ 0,9 milhão.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Resultado financeiro líquido**

Em 2017, o resultado financeiro líquido consolidado foi negativo no valor de R\$ 93,8 milhões (-6%). Em 2018, o resultado foi de R\$ 153,9 milhões negativos (+64%). Tais variações são explicadas principalmente pela variação cambial sobre débitos com terceiros. Esta exposição em moeda estrangeira é controlada pela Companhia, que tem grande parte da sua receita atrelada à mesma moeda, absorvendo assim impactos negativos sobre este débito. Estas despesas financeiras foram parcialmente compensadas pela receita do efeito de aplicação da hiperinflação na Argentina.

Provisão para IR e CS

Exceto quanto à equivalência patrimonial, que não gera efeitos de Imposto de Renda (“IR”) e Contribuição Social (“CS”), todos os demais fatores listados anteriormente contribuem para explicar a variação na despesa de IR e CS especialmente o lucro. Adicionalmente, há o impacto das constituições de créditos fiscais diferidos sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Em 2017, a provisão para IR e CS foi de R\$ 30,6 milhões, enquanto que, em 2018, foi de R\$ 129,3 milhões.

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

Ativo (R\$ mil)	Consolidado						AH 2018	AH 2017
	2018	AV	2017	AV	2016	AV	x 2017	x 2016
Circulante	1.600.103	39%	1.109.867	32%	1.108.029	32%	44%	-
Caixa e equivalentes de caixa	201.542	5%	78.559	2%	383.346	11%	157%	-80%
Aplicações financeiras	659.939	16%	323.243	9%	96.612	3%	104%	235%
Contas a receber de clientes	449.321	11%	459.758	13%	353.207	10%	-2%	30%
Impostos a recuperar	65.201	2%	48.701	1%	48.483	1%	34%	-
Estoques	198.621	5%	180.668	5%	204.060	6%	10%	-11%
Despesa antecipada	2.018	-	1.663	0%	5.170	-	21%	-68%
Outros ativos circulantes	23.461	1%	17.275	0%	17.151	-	366%	1%
Não circulante	2.442.527	60%	2.356.510	68%	2.386.670	68%	4%	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	223.849	6%	157.426	5%	151.602	4%	42%	4%
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	22.611	1%	-	-
Impostos a recuperar	15.848	-	21.675	1%	17.193	-	-27%	26%
Estoques	43.819	1%	40.812	1%	39.740	1%	7%	3%
Depósitos Judiciais	41.436	1%	43.164	1%	48.481	1%	-4%	-11%
IR e CS diferidos	100.123	2%	19.773	1%	11.586	-	406%	71%
Outros ativos não circulantes	22.623	1%	32.002	1%	11.991	-	-29%	167%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo (R\$ mil)	Consolidado						AH 2018	AH 2017
	2018	AV	2017	AV	2016	AV	x 2017	x 2016
Investimentos	12.594	-	21.817	1%	25.354	1%	-42%	-14%
Imobilizado	1.906.835	47%	1.860.682	54%	1.918.649	55%	2%	-
Intangível	299.249	7%	286.585	8%	291.065	8%	4%	-2%
Total do ativo	4.042.630	100%	3.466.377	100%	3.494.699	100%	17%	-

A seguir, são apresentados os comentários das linhas de maior representatividade do ativo e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Ativo circulante***Caixa e equivalentes de caixa***

Em 2017, a conta de caixa e equivalentes de caixa consolidado foi de R\$ 78,6 milhões, 80% inferior a 2016. Em 2018, o caixa e equivalentes de caixa somou R\$ 201,5 milhões, dado a geração de caixa da Companhia e reforço de caixa através de emissão de debêntures.

Aplicações financeiras

Em 2017, o saldo de aplicações financeiras consolidado foi de R\$ 323,2 milhões (R\$ 311,2 de investimentos em cotas de fundos, R\$ 10 milhões em certificados de depósitos bancários da Controladora e R\$ 2 milhões em outros tipos de aplicações), 235% superior a 2016, constituída de R\$ 181 milhões (R\$ 89,3 de investimentos em cotas de fundos, R\$ 7 milhões em certificados de depósitos bancários e R\$ 2 milhões em outros tipos de aplicações). Em 2018, as aplicações financeiras somaram R\$ 659,9 milhões (R\$ 599,3 milhões investimentos cotas de fundos, R\$ 58,6 milhões em certificados de depósitos bancários e R\$ 2 milhões em outros tipos de aplicações).

Contas a receber de clientes e estoques

Em 2017, o saldo de contas a receber de clientes consolidado foi de R\$ 459,8 milhões (30% superior a 2016) e o de estoque consolidado foi de R\$ 180,7 milhões (11% inferior a 2016). Em 2018, o saldo de contas a receber se manteve no mesmo patamar de 2017, com R\$ 449,3 milhões e o saldo de estoque atingiu R\$ 198,6 milhões.

Impostos a recuperar

Em 2017, o saldo de impostos a recuperar consolidado foi de R\$ 48,7 milhões, sendo R\$ 23 milhões da Controladora e R\$ 26 milhões por parte das Controladas, em linha com o ano de 2016 (R\$ 48,5 milhões). Em 2018, o saldo de impostos a recuperar era de R\$ 65,2 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Outros ativos circulantes***

Em 2017, o saldo de outros ativos circulantes consolidados ficou em linha quando em comparado com 2016, ficando em R\$ 17,3 milhões, sendo R\$ 1,1 milhão da Controladora e R\$ 15,9 milhões por parte das Controladas. Em 2018, este saldo reduziu em 16%, atingindo 14,5%.

Ativo não circulante**Investimentos**

A conta de investimentos consolidado a partir de 2016 é referente ao acréscimo da Controlada (58% do capital social total) à Solalban Energía S.A., empresa argentina que possui ativos de geração de energia em seu próprio país. Em 2016, ficou em R\$ 25,4 milhões, em 2017, ficou em R\$ 21,8 milhões e, em 2018 registrou R\$ 12,6 milhões.

Imobilizado

O saldo de conta de imobilizado consolidado em 2016 foi de R\$ 1,9 bilhão, constituído de R\$ 897 milhões da Companhia e R\$ 1,0 bilhão referente à aquisição da Controlada no final do exercício de 2016. Em 2017, o saldo de conta de imobilizado consolidado foi de R\$ 1,9 bilhão, em linha com 2016, mantendo-se no mesmo patamar em 2018.

Intangível

O saldo consolidado em 2016 foi de R\$ 291,1 milhões, constituído por R\$ 282 milhões da Controladora e R\$ 9 milhões referentes acréscimos do ágio da combinação de negócios, devido à aquisição da Controlada. Em 2017, saldo consolidado foi de R\$ 287 milhões, constituído por R\$ 279 milhões da Controladora e R\$ 9 milhões por parte das Controladas. Em 2018, atingiu R\$ 299,2 milhões.

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado						AH 2018	AH 2017
	2018	AV	2017	AV	2016	AV	x 2017	x 2016
Circulante	1.129.665	28%	1.151.821	33%	1.024.971	29%	-	12%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado						AH 2018	AH 2017
	2018	AV	2017	AV	2016	AV	x 2017	x 2016
Fornecedores	193.972	5%	212.142	6%	274.473	8%	-9%	-23%
Empréstimos	477.918	12%	437.279	13%	327.197	9%	9%	34%
Salários e encargos	89.780	2%	96.850	3%	92.588	3%	-7%	5%
Imposto de renda e contribuição social	57.572	1%	7.903	-	15.419	-	628%	-49%
Outros impostos e contribuições a pagar	30.182	1%	32.040	1%	35.440	1%	-6%	-10%
Dividendos a pagar	38.720	1%	100.148	3%	33.962	1%	-61%	195%
Demandas Judiciais	-	-	329	-	7.563	-	-	-96%
Energia Elétrica	181.562	4%	186.253	5%	167.656	5%	-3%	11%
Débito com terceiros	199	-	170	-	1.148	-	17%	-85%
Passivo ambiental	4.522	-	17.889	1%	40.920	1%	-75%	-56%
Outros passivos circulantes	55.238	1%	60.818	2%	28.605	1%	-9%	113%
Não circulante	1.467.023	36%	1.241.725	36%	1.183.569	34%	18%	5%
Empréstimos	549.928	13%	403.089	12%	274.688	8%	36%	47%
Salários e encargos sociais	2.498	-	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	386	-	4.089	-	5.958	-	-91%	-31%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	273.968	7%	207.127	6%	178.140	5%	32%	20%
Obrigações com benefícios de aposentadoria	43.200	1%	44.522	1%	59.369	2%	-3%	-25%
Demandas Judiciais	49.410	1%	105.360	3%	103.365	3%	-53%	2%
Passivo ambiental	17.346	-	24.878	1%	19.214	1%	-30%	29%
Débito com terceiros	530.287	13%	452.660	13%	443.436	13%	17%	2%
Outros passivos não circulantes	-	-	-	-	99.399	3%	-	-
Total do passivo	2.596.688	64%	2.393.546	69%	2.208.540	63%	9%	9%
Patrimônio líquido	1.445.942	35%	1.072.831	31%	1.286.159	37%	33%	-15%
Capital social	474.415	12%	384.331	11%	384.331	11%	23%	-
Ações em tesouraria	(33.221)	1%	(14.879)	0%	(14.879)	-	123%	-
Reserva de lucros	872.230	22%	579.807	17%	730.701	21%	50%	-21%
Outros resultados abrangentes do período	34.096	1%	41.666	1%	(18.405)	-1%	-18%	-393%
Participação dos acionistas não	98.422	2%	81.906	2%	204.411	6%	20%	-59%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado						AH 2018	AH 2017
	2018	AV	2017	AV	2016	AV	x 2017	x 2016
controladores								
Total do passivo e patrimônio líquido	4.042.630	100%	3.466.377	100%	3.494.699	100%	17%	-

A seguir, são apresentados os comentários das linhas de maior representatividade do passivo e do patrimônio líquido e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Passivo circulante***Fornecedores***

Em 2017, o saldo de fornecedores consolidado foi de R\$ 212,1 milhões (-23%), sendo R\$ 35 milhões da Controladora, em linha com 2016, e R\$ 177 milhões por parte das Controladas, que reflete o aumento do capital de giro através de financiamentos bancários. Em 2018, este saldo foi de R\$ 194,0 milhões, 9% inferior ao ano de 2017.

Empréstimos

As dívidas de curto prazo consolidado somavam R\$ 327,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 206 milhões da Controladora e R\$ 121 milhões por parte das Controladas) e R\$ 437,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 239 milhões da Controladora e R\$ 198 milhões por parte das Controladas). Em 2018, o saldo era de R\$ 477,9 milhões. Os aumentos das dívidas foram para capital de giro e alongamento de prazo.

Salários e encargos

Em 2017, o saldo de salários e encargos consolidado foi de R\$ 96,9 milhões, constituída de R\$ 30 milhões pela Controladora e R\$ 67 milhões por parte das Controladas. Em 2018, este saldo foi reduzido em 7%, registrando R\$ 89,8 milhões.

Obrigações Fiscais**Imposto de renda e contribuição social**

Em 2017, o saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar consolidado foi de R\$ 7,9 milhões, constituído apenas por parte das Controladas. Em 2018, este saldo passou para R\$ 57,6 milhões.

Outros impostos e contribuições a pagar

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2017, o saldo de outros impostos e contribuições a pagar consolidado foi de R\$ 32,0 milhões, 10% inferior a 2016, constituído de R\$ 18 milhões pela Controladora e R\$ 14 milhões por parte das Controladas. Em 2018, o saldo reduziu 6% em relação a 2017, passando para R\$ 30,2 milhões.

Dividendos a pagar

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia não efetuou nenhum pagamento de juros sobre o capital próprio.

Em 2016, foi apurado um dividendo mínimo obrigatório de aproximadamente R\$ 67 milhões, que foi adicionado à realização da reserva de lucros a realizar, no montante aproximado de R\$ 4 milhões, constituição de reserva de lucros a realizar no valor de R\$ 40 milhões, gerando dividendos da ordem de R\$ 31 milhões. Saldo de dividendos a pagar de exercícios anteriores de cerca de R\$ 2 milhões.

Em 2017, houve uma deliberação de dividendos intermediários no montante de R\$ 363 milhões. Em 2017, foi apurado um dividendo mínimo obrigatório de aproximadamente R\$ 72 milhões, que foi adicionado à realização da reserva de lucros a realizar, no montante aproximado de R\$ 19 milhões, gerando dividendos da ordem de R\$ 91 milhões a pagar no exercício de 2018. Saldo de dividendos a pagar de exercícios anteriores de cerca de R\$ 9 milhões.

Em 2018, houve uma deliberação de dividendos intermediários antecipado relativos ao exercício de 2018, de R\$ 100,0 milhões e uma deliberação de dividendos adicionais de lucros a realizar de exercícios anteriores no montante de R\$ 20,5 milhões. Para o exercício de 2018, foi apurado um dividendo mínimo obrigatório de R\$ 125,4 milhões, dos quais R\$ 100,0 milhões já foram pagos em outubro de 2018.

Energia elétrica

Em 2015, o saldo a pagar de energia elétrica da Controladora foi de R\$ 41 milhões, no qual houve um acréscimo no valor aproximado de R\$ 29 milhões. A publicação inicial dos valores da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), relativos ao período de agosto de 2015 a julho de 2016, indicava alta majoração destes encargos, o que levou a Companhia e outros consumidores livres a questionarem judicialmente a cobrança do encargo com seu novo valor. Este questionamento deu-se através de processo judicial patrocinado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (“ABRACE”).

No início do terceiro trimestre de 2015, a ABRACE obteve liminar indicando que, enquanto o processo encontrar-se em julgamento, os consumidores livres que questionaram o valor deveriam ser cobrados por valores menores do que aqueles inicialmente estipulados. A Companhia provisiona integralmente os valores inicialmente estipulados, mas efetua os pagamentos apenas dos montantes previstos na liminar.

Em 2016, o saldo a pagar de energia elétrica consolidada foi de R\$ 167,7 milhões, constituída de R\$ 84 milhões pela

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Controladora, referente provisionamento integral dos valores estipulados conforme liminar da ABRACE, e R\$ 84 milhões por parte das Controladas. Em 2017, o saldo a pagar de energia elétrica consolidada foi de R\$ 186,3 milhões, constituída de R\$ 107 milhões pela Controladora, referente provisionamento integral dos valores estipulados conforme liminar da ABRACE até o agosto de 2017, e R\$ 79 milhões por parte das Controladas. Em 2018, o saldo a pagar de energia elétrica era de R\$ 181,6 milhões, sendo R\$ 126,2 milhões referente ao provisionamento integral dos valores estipulados conforme liminar da ABRACE.

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2016 a julho de 2017 também indicou valores que, segundo a ABRACE, estão acima dos considerados corretos pela associação. Sendo assim, a ABRACE também questionou judicialmente as futuras cobranças do encargo com seu novo valor e obteve liminar favorável nos mesmos moldes da liminar obtida para as cobranças relativas ao período de agosto de 2015 a julho de 2016. Em 31 de dezembro de 2018, os respectivos processos continuam em discussão. Não há discussões sobre os valores da CDE relativas aos períodos posteriores a agosto de 2017.

Débitos com terceiros

Em 2018, conforme apontado no item 10.1.c, o débito com terceiros consolidado corresponde a parte da dívida da Controlada com Solvay Vinyls Holding AG no curto prazo no valor de R\$ 1 mil, referente pagamento de juros. Em 2017, os débitos com terceiros consolidado foi de R\$ 170 mil e, em 2018, era de R\$ 199 mil.

Passivo ambiental

O saldo de passivo ambiental consolidado em 2016 foi de R\$ 40,9 milhões por parte das Controladas, referentes provisões de custos estimados de remediação. Em 2017, o saldo de passivo ambiental consolidado foi de R\$ 17,9 milhões por parte das Controladas e, em 2018, de R\$ 4,5 milhões.

Outros passivos

O saldo de outros passivos consolidados de 2016 foi de R\$ 28,6 milhões, constituído de R\$ 9 milhões na Controladora e R\$ 19 milhões por parte das Controladas. Em 2017, o saldo de outros passivos consolidados foi de R\$ 60,8 milhões, constituído de R\$ 6 milhões na Controladora (34% inferior a 2016, devido principalmente a diminuição no desembaraço alfandegário referente importação de sal, que passamos a utilizar localmente) e R\$ 55 milhões por parte das Controladas, impactada pela provisão de R\$ 33 milhões referente a reestruturação com vista a sua melhoria e otimização. Em 2018, o saldo era de R\$ 55,2 milhões.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo somavam R\$ 274,7 milhões em 31 de dezembro de 2016, constituídos de R\$ 269 milhões da Controladora e R\$ 6 milhões por parte das Controladas. Em 2017, os empréstimos e financiamentos de longo prazo consolidados somavam R\$ 403,1 milhões, constituídos de R\$ 387,5 milhões da Controladora e R\$ 15,5 milhões por parte das Controladas. Em 2018, os empréstimos e financiamentos de longo prazo somaram R\$ 549,9 milhões. Os recursos captados através de empréstimos e financiamentos realizados em 2018 foram destinados para capital de giro e beneficiaram o alongamento nos prazos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 2016, 2017 e 2018, as principais movimentações desta rubrica foram a constituição de créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de anos anteriores, créditos de diferenças temporárias relacionadas a contingências, acréscimo dos saldos de impostos diferidos passivos, inerentes à diferença de taxas de depreciação contábil e fiscal e utilização dos créditos fiscais relacionados à incorporação da Controlada – Unipar Indupa S.A.I.C.

Obrigações com benefícios de aposentadoria

Em 2017, o saldo da conta de obrigações com benefícios de aposentadoria consolidado foi de R\$ 44,5 milhões, constituídos de R\$ 3,3 milhões da Controladora e de R\$ 41 milhões por parte das Controladas. Em 2018, o saldo era de R\$ 43,2 milhões.

Demandas judiciais

Em 2017, o saldo da conta de demandas judiciais consolidado foi de R\$ 105,4 milhões, constituídos de R\$ 82,3 milhões da Controladora, em linha com 2016. Em 2018, o saldo reduziu em 53% em relação a 2017, passando para R\$ 49,4 milhões.

Débitos com terceiros

Em 2016, o débito consolidado corresponde a dívida da Controlada com a Solvay Vinyls Holding AG, conforme explicado no item 10.1.c ,no longo prazo no valor equivalente em Reais de R\$ 445 milhões. Em 2017, o débito consolidado foi de R\$ 453 milhões. Em 2018, passou para R\$ 530,3 milhões.

Passivo ambiental

O saldo de passivo ambiental consolidado em 2016 foi de R\$ 19,2 milhões, por parte das Controladas. Em 2017, o saldo de passivo ambiental consolidado foi de R\$ 24,9 milhões e, em 2018, passou para R\$ 17,3 milhões.

Outros passivos não circulantes

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2016, o saldo de outros passivos não circulantes consolidado foi de R\$ 99,4 milhões, que se referia à participação societária na antiga coligada Tecsis, transferida de investimentos. Em 2017 e 2018, não há saldo na conta de outros passivos não circulantes consolidados.

FLUXOS DE CAIXA

Fluxos de Caixa (R\$ mil)	Consolidado				
	2018	2017	2016	AH 2018 x 2017	AH 2017 x 2016
Caixa líquido nas atividades operacionais	892.266	430.482	308.877	111%	39%
Caixa líquido nas atividades de investimento	(536.321)	(475.149)	158.062	12%	-
Caixa líquido nas atividades de financiamento	(235.681)	(251.185)	(210.542)	-6%	19%
Efeito da variação cambial sobre caixa e equiv. de caixa	2.719	(8.935)	-	59%	-
Aumento (Redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa	122.983	(304.787)	256.397	-140%	-219%

Atividades operacionais

Em 2017, o caixa líquido gerado nas atividades operacionais consolidado foi de R\$ 430,5 milhões, 39% superior a 2016, decorrente da consolidação da Unipar Indupa S.A.I.C. Em 2018, o caixa líquido gerado nas atividades operacionais consolidado foi de R\$ 892,3 milhões, impactado, principalmente, pelo melhor desempenho operacional.

Atividades de investimentos

Em 2017, foram aplicados R\$ 475,1 milhões nas atividades de investimentos, enquanto que, em 2018, houve um crescimento de 13%, atingindo R\$ 536,3 milhões.

Atividades de financiamento

Em 2017, o caixa líquido nas atividades de financiamento foi um desembolso de R\$ 251,2 milhões, 19% superior a 2016. Em 2018, o desembolso foi de R\$ 235,7 milhões. As variações são explicadas pelo pagamento de dividendos nos períodos, compensado pela captação de empréstimos/financiamentos em 2017 e 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**a. Comentários dos Diretores sobre os resultados das operações da Companhia:****i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A Companhia tem como atividades preponderantes a fabricação de cloro, derivados de cloro e soda cáustica, e é acionista controlador da Unipar Indupa S.A.I.C., empresa argentina produtora de PVC e soda cáustica na Argentina e no Brasil, sendo a sua receita composta por PVC e soda cáustica.

A tabela abaixo apresenta a receita operacional líquida consolidada da Companhia para os períodos indicados:

Receita Líquida (R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2018		2017		2016	
	Receita Líquida	% da Receita Líquida	Receita Líquida	% da Receita Líquida	Receita Líquida	% da Receita Líquida
Produção de soda, cloro e PVC	3.469.133	100,0%	3.019.592	100,0%	889.706	100,0%

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia nos últimos três exercícios sociais estão descritos no item 10.1 desse Formulário de Referência.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

A receita da Companhia é decorrente da condição oferta-demanda, basicamente, no mercado interno, responsável pela quase totalidade do destino de vendas.

Apesar de, em algumas situações, ser possível repassar efeitos de inflação aos preços de venda, não há uma indexação preponderante e direta dos preços de venda a índices de inflação.

Parte da receita é atrelada ao dólar americano e também leva em conta a cotação no mercado internacional da soda cáustica.

A partir de 27 de dezembro de 2016, a Companhia passou a atuar em PVC no Brasil e na Argentina por meio de sua controlada Unipar Indupa S.A.I.C.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:**

O resultado das operações pode ser afetado pela inflação, dado que, mesmo que nossas receitas não estejam indexadas diretamente aos índices de inflação (IGP-M, INPC, IPC-A, etc.), os custos operacionais tendem a acompanhar tais índices.

Em relação à exposição cambial, é válido destacar a influência do Etileno, item primordial no processo de produção de CDE, produto utilizado na produção do PVC, que tem referência em dólares americanos. Sendo assim, pode haver variação nos preços desta matéria-prima em virtude de oscilações de moeda estrangeira. A Companhia possui uma estratégia defensiva de gerenciamento de risco de variação cambial, conforme descrito no item 4.2 do Formulário de Referência da Companhia.

Com relação à exposição a taxas de juros, grande parte da dívida da Companhia está indexada ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), conforme demonstrado no item 10.1 acima. Neste sentido, variações positivas ou negativas nesta taxa podem afetar o resultado financeiro de forma significativa, conforme descrito no item 4.2 do Formulário de Referência da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a. introdução ou alienação de segmento operacional:**

Os Diretores da Companhia informam que não houve, no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 10.1(f) acima.

c. eventos ou operações não usuais:

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a. mudanças significativas nas práticas contábeis:**

Não houve alterações significativas nas práticas contábeis nos últimos três exercícios sociais.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não houve efeitos significativos como resultado das alterações em práticas contábeis nos últimos três exercícios sociais.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Não houve ressalvas ou ênfases presentes no parecer do auditor nos últimos três exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. A Companhia revisa suas estimativas ao menos trimestralmente e o grau de revisão depende da natureza das transações e do cenário econômico.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que têm um risco significativo de sofrer ajustes relevantes quando os resultados reais forem conhecidos são apresentadas abaixo:

Tributos

Os tributos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

Pode haver casos em que as normas fiscais não são suficientemente claras em relação à sua aplicação. Adicionalmente, o resultado de julgamentos em tribunais superiores pode criar jurisprudência que difira do tratamento tributário atualmente adotado pela Companhia. Também há a possibilidade de as próprias autoridades fiscais emitirem orientações posteriores que esclareçam a aplicação de alguns tributos. Entre outras, estas são situações que podem levar a Companhia a alterar suas estimativas em relação ao pagamento de tributos.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros, que não são negociados em mercados ativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher entre diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Mudanças nas condições de mercado, a descoberta de outras técnicas de avaliação ou até mesmo o surgimento de instrumentos similares cotados em mercados ativos podem alterar as estimativas atualmente calculadas pela Companhia.

Obrigações com benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a seus funcionários que levam ao provisionamento de futuros desembolsos. Para determinar os valores justos destes benefícios e dos ativos que possam cobri-los, a Companhia utiliza premissas atuariais, tais como taxas de mortalidade, invalidez, rotatividade, etc., e premissas financeiras, tais como taxas de inflação futura, taxas de desconto, etc.

Mudanças no cenário econômico e na expectativa de vida ou de tempo para aposentadoria / desligamento dos beneficiários, entre outras, podem afetar de forma significativa os valores atualmente registrados.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Vida útil do ativo imobilizado

A determinação da vida útil do imobilizado tem impacto significativo na determinação do resultado da Companhia, na medida em que impacta o valor dos custos de depreciação contabilizada. A determinação da vida útil depende de fatores inerentemente incertos, como utilização esperada, níveis de manutenção, desenvolvimentos tecnológicos, entre outros.

Provisões para processos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A determinação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos.

A alteração destas evidências, incluindo resultados de julgamentos similares, em tribunais ou na esfera administrativa, podem alterar as estimativas atualmente registradas pela Companhia.

Impairment de ativos não financeiros

A determinação do valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada em métodos de fluxo de caixa descontado, bem como às projeções de fluxos de caixa futuros esperados. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas.

Os principais ativos não financeiros sujeitos à avaliação de *impairment* são os ativos imobilizado e intangível (incluindo ágios).

Recuperabilidade de créditos fiscais diferidos

A Administração realizou estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelos órgãos de Administração, indicando o reconhecimento adicional de ativo fiscal diferido. Os estudos técnicos de viabilidade consideram estimativas que estão relacionadas ao desempenho da Companhia, assim como o comportamento do mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Mudanças no cenário de negócio podem afetar a previsão de recuperabilidade destes créditos.

Passivo Ambiental (recuperação ambiental)

A Companhia e suas Controladas estão expostas a riscos ambientais decorrentes de vazamento de substâncias químicas, falhas de equipamentos, acidentes de transporte ou falhas no processo de produção. A administração considera a proteção ao meio ambiente como um aspecto-chave de suas atividades, aplicando políticas que visam a prevenção e o controle desses riscos em todas as unidades de produção, que permitem o cumprimento, por vezes, além das normas legais. Em cumprimento às suas políticas internas sobre as questões ambientais, a Companhia se utiliza de especialistas

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

para desenvolver estudos necessários para este fim.

A política contábil sobre este assunto é constituir um passivo quando este for possível de ser medido com certa razoabilidade. As características dos riscos envolvidos exigem estudos detalhados e a conclusão destes estudos é essencial para se estimar adequadamente os valores a serem desembolsados.

As controladas Unipar Indupa do Brasil S.A e Unipar Indupa S.A.I.C. têm custos estimados de recuperação ambiental em áreas específicas e continuam investigando outras áreas em suas plantas buscando identificar, caso existam, danos ambientais causados por suas operações, conforme previsto no item 4.3 do Formulário de Referência da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*):

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos:

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos:

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços:

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

iv. contratos de construção não terminada:

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos:

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. natureza e o propósito da operação**
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**a. investimentos:****i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:**

O atual programa de investimentos contempla basicamente a implantação de projetos voltados para a continuidade operacional e manutenção das instalações fabris, além das ações focadas na manutenção e aperfeiçoamento dos padrões de segurança operacional, preservação ambiental e saúde ocupacional.

Não há planos formais, aprovados por órgãos da Administração, definindo ações específicas que prevejam investimentos ou desinvestimentos relevantes na Controladora. Na unidade de Santo André da controlada Unipar Indupa Brasil S.A., há em andamento o investimento de R\$ 92 milhões, referentes à planta de PVC.

Encontra-se, atualmente, em análise pela Companhia, o projeto de troca do processo de produção via células de mercúrio por células de membrana, principalmente no tocante ao montante de investimento necessário e data do início da operação.

ii. fontes de financiamento dos investimentos:

A responsabilidade de identificação e escolha das fontes de financiamento a custos atrativos é uma atribuição da administração da Companhia. Na presente data, as principais fontes de financiamento da Companhia são geração de caixa operacional, capital do acionista e capital de terceiros por meio de financiamentos bancários e mercado de capitais.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de negócios, tampouco desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

Em 27 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu a aquisição e se tornou proprietária de 292.459.492 ações, representativas de 70,59% do capital social votante e total da Unipar Indupa S.A.I.C., empresa argentina produtora de PVC e soda, após a implementação das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrado com a Solvay Argentina S.A. em 2 de maio de 2016 (“Contrato”) e aprovação sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) em 07 de dezembro de 2016. Através de um processo de oferta pública de aquisição obrigatória realizada durante o primeiro trimestre de 2017, a Companhia adquiriu um total de 71.163.251 ações representativas de 17,17% do capital social da Unipar Indupa S.A.I.C., passando a deter, a partir de

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

31 março de 2017, a 87,77% da totalidade das ações.

Em sua operação na Argentina, a Unipar Indupa S.A.I.C possui uma planta localizada na cidade de Bahía Blanca, com capacidade instalada para produção de 226 mil toneladas de PVC e 186 mil toneladas de soda. A empresa também é detentora de 58% do capital social total da Solalbán Energía S.A., empresa argentina que possui ativos de geração de energia em seu próprio país. Adicionalmente, a Unipar Indupa S.A.I.C também detém ações representativas de 100% do capital social votante e total da Unipar Indupa do Brasil S.A., proprietária de uma planta em Santo André – SP, com capacidade de produção de 300 mil toneladas de PVC e 170 mil toneladas de soda.

Além das informações já divulgadas sobre investimentos, não há informações complementares a divulgar.

c. novos produtos e serviços:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas:**
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços:**
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados:**
- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

A Companhia esclarece que não possui despesas com publicidade, patrocínios e convênios relevantes.